

Agiotagem: Perigos, Penalidades e Como se Proteger – Análise Jurídica e Fundamentos Legais

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | agosto 29, 2024



Introdução

A agiotagem é uma prática ilegal que envolve a concessão de empréstimos a juros exorbitantes, muitas vezes fora do sistema financeiro regulamentado. Além de ser uma atividade criminosa, a agiotagem pode levar a sérias consequências financeiras e jurídicas para as vítimas. Este artigo aborda os perigos da

agiotagem, as penalidades previstas na lei e como se proteger dessa prática, com base nos fundamentos jurídicos aplicáveis.

0 Que é Agiotagem?

Agiotagem é a prática de emprestar dinheiro a juros abusivos, geralmente sem autorização legal e fora das instituições financeiras regulamentadas. Os agiotas, como são conhecidos os indivíduos que praticam a agiotagem, muitas vezes recorrem a métodos coercitivos e ilegais para garantir o pagamento dos empréstimos.

Fundamentos Jurídicos da Agiotagem

A agiotagem é tipificada como crime no Brasil e está sujeita a diversas penalidades. Os principais fundamentos jurídicos incluem:

Lei da Usura (Decreto nº 22.626/1933): Proíbe a cobrança de juros superiores ao dobro da taxa legal e veda a capitalização de juros. A lei também estabelece que contratos com cláusulas abusivas de juros são nulos.

Código Penal Brasileiro (CPB): O artigo 4º da Lei de Crimes Contra a Economia Popular (Lei nº 1.521/1951) tipifica a agiotagem como crime, com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

Código de Defesa do Consumidor (CDC): A prática de agiotagem pode ser considerada uma prática abusiva e ilegal, conforme o artigo 39 do CDC, que proíbe práticas abusivas e a imposição de cláusulas que coloquem o consumidor em desvantagem excessiva.

Perigos da Agiotagem

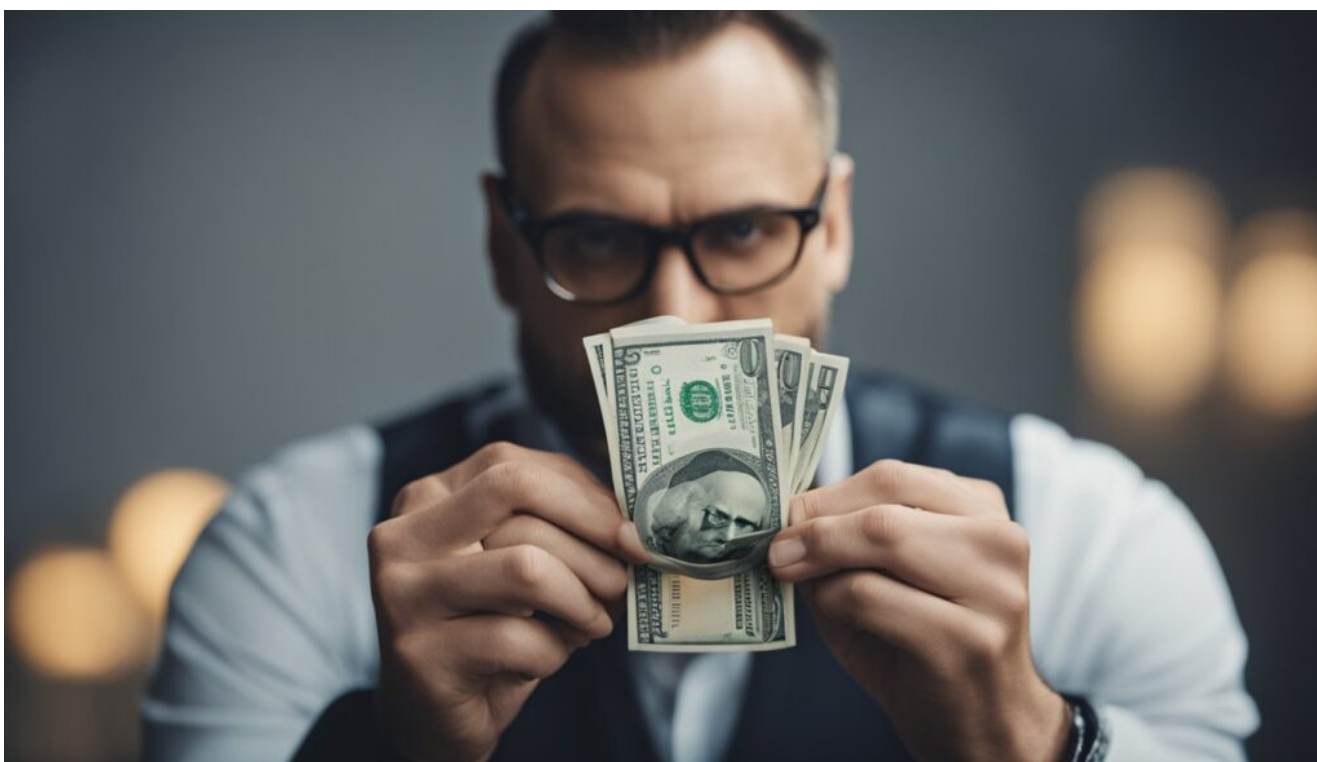
A agiotagem apresenta diversos perigos e riscos para as vítimas:

1. Juros Abusivos: Os agiotas cobram juros exorbitantes,

que podem levar o devedor a uma situação de endividamento insustentável.

2. **Métodos Coercitivos:** Os agiotas frequentemente utilizam métodos de cobrança coercitivos e violentos para garantir o pagamento dos empréstimos.
3. **Ausência de Garantias Legais:** Como os empréstimos são realizados fora do sistema financeiro regulamentado, as vítimas não têm acesso às garantias e proteções legais oferecidas pelas instituições financeiras.
4. **Danos à Reputação:** A exposição a práticas de agiotagem pode comprometer a reputação pessoal e profissional das vítimas.
5. **Risco de Perda de Bens:** Em casos extremos, os agiotas podem se apropriar ilegalmente de bens dos devedores como forma de garantir o pagamento dos empréstimos.

Possíveis Crimes Envolvidos na Agiotagem



A prática de agiotagem pode envolver diversos crimes, conforme previsto na legislação brasileira:

Agiotagem (Artigo 4º da Lei nº 1.521/1951): A concessão de empréstimos a juros abusivos é tipificada como crime de

agiotagem, com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

Extorsão (Artigo 158 do CPB): A prática de métodos coercitivos e violentos para garantir o pagamento dos empréstimos pode ser enquadrada como extorsão, com pena de reclusão de quatro a dez anos e multa.

Apropriação Indébita (Artigo 168 do CPB): A apropriação ilegal de bens dos devedores por parte dos agiotas pode configurar apropriação indébita, com pena de reclusão de um a quatro anos e multa.

Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998): A utilização de recursos provenientes da agiotagem para ocultar ou dissimular a origem ilícita dos valores pode ser enquadrada como lavagem de dinheiro, com pena de reclusão de três a dez anos e multa.

Como se Proteger da Agiotagem

Proteger-se da agiotagem é essencial para evitar os riscos e perigos associados a essa prática ilegal. Algumas medidas de proteção incluem:

1. **Buscar Empréstimos em Instituições Regulamentadas:** Sempre que precisar de um empréstimo, procure instituições financeiras regulamentadas, como bancos e cooperativas de crédito, que oferecem garantias e proteções legais.
2. **Verificar a Taxa de Juros:** Antes de contratar um empréstimo, verifique a taxa de juros aplicada e compare com outras opções disponíveis no mercado. Desconfie de taxas de juros excessivamente altas.
3. **Consultar o Cadastro Positivo:** Utilize o Cadastro Positivo para verificar seu histórico de crédito e aumentar suas chances de obter empréstimos em condições mais favoráveis.
4. **Denunciar Práticas Abusivas:** Caso suspeite de práticas

de agiotagem, denuncie às autoridades competentes, como a polícia, o Ministério Público ou o PROCON.

5. Educação Financeira: Busque informações sobre educação financeira para gerenciar melhor suas finanças e evitar a necessidade de recorrer a empréstimos abusivos.

Procedimentos Legais e Provas Necessárias

Para responsabilizar os autores da prática de agiotagem, é necessário seguir procedimentos legais específicos e reunir provas adequadas:

1. Denúncia: Qualquer pessoa pode denunciar a prática de agiotagem às autoridades competentes, como a polícia ou o Ministério Público.
2. Boletim de Ocorrência: Registrar um boletim de ocorrência na delegacia, relatando os fatos e fornecendo o máximo de detalhes possíveis.
3. Inquérito Policial: A polícia deve conduzir uma investigação para apurar os fatos e identificar os responsáveis pela agiotagem.
4. Ação Penal: Com base no inquérito, o Ministério Público pode oferecer denúncia contra os autores dos crimes, iniciando a ação penal.
5. Provas: Depoimentos de testemunhas, documentos de empréstimos, registros de conversas e outros elementos são cruciais para fundamentar a ação penal.

Medidas de Prevenção e Combate

Para combater a agiotagem e proteger os consumidores, é essencial adotar medidas de prevenção e combate:

1. Fiscalização Rigorosa: As autoridades devem intensificar a fiscalização de práticas de agiotagem e punir os responsáveis.

2. Campanhas de Conscientização: Promover campanhas educativas sobre os riscos da agiotagem e a importância de buscar empréstimos em instituições regulamentadas.
3. Apoio às Vítimas: Oferecer suporte jurídico e psicológico às vítimas de agiotagem, ajudando-as a superar os danos causados por essa prática.
4. Parcerias: Estabelecer parcerias entre órgãos de fiscalização, instituições financeiras e entidades de defesa do consumidor para fortalecer o combate à agiotagem.

Conclusão

A agiotagem é uma prática ilegal que pode resultar em graves consequências financeiras e jurídicas para as vítimas. Conhecer os perigos, as penalidades e os fundamentos jurídicos aplicáveis é essencial para proteger-se dessa atividade criminosa. Ao adotar medidas de prevenção e combate, como buscar empréstimos em instituições regulamentadas, verificar a taxa de juros e denunciar práticas abusivas, podemos contribuir para um ambiente financeiro mais seguro e justo. Além disso, a fiscalização rigorosa e as campanhas de conscientização são fundamentais para coibir a agiotagem e proteger os consumidores.